

23 FEV 1997

ESTADO DE SÃO PAULO

DOMINGO, 23 DE FEVEREIRO DE 1997

ECONOMIA

NÍVEL DE ATIVIDADE

Eleição de 98 dita ritmo da economia

Consultores apontam fim do primeiro semestre como data limite para adoção de medidas restritivas

DENISE NEUMANN

O calendário eleitoral está limitando o calendário econômico. O final do primeiro semestre de 1997 está sendo considerado por economistas e consultores como a data limite para que a equipe econômica adote medidas de restrição ao consumo, caso a atividade se mantenha aquecida como no início deste ano. A medida considerada mais provável pelos economistas é a limitação do número de prestações do crediário e outras operações de crédito, como leasing e consórcio. Neste caso, os maiores prejudicados seriam os consumidores de baixa renda.

Esperar o segundo semestre pode comprometer o crescimento em 1998, dizem os economistas. E em ano eleitoral é conveniente ao governo que as notícias econômicas sejam boas. Ainda não existe consenso sobre a necessidade ou não de o governo adotar medidas restritivas.

Caílos Kawall, economista-chefe do Citibank, não acredita que a economia vai desacelerar sozinha. O faturamento real do comércio cresceu em janeiro e a inadimplência manteve-se dentro do padrão normal. Para ele, medidas de contenção ao consumo serão necessárias e o final do segundo trimestre é a data ideal: "A maioria dos

indicadores dão a sensação de que o País está crescendo acima do ritmo desejado", diz ele. Kawall lembra que a estratégia de crescimento do comércio, bancos e da própria indústria passa pelo alongamento do crédito e por isso ele continuará a ser

POPULAÇÃO POBRE PODE PERDER OPÇÃO DO CREDIÁRIO

Carlos Guzzo, superintendente do departamento de economia do Banco Pontual, diz que a atividade foi bastante aquecida em janeiro. Segundo dados disponíveis na instituição, a produção de papelão ondulado foi 6% superior a do ano passado, as consultas ao Serviço de Proteção

O QUE FAZER

Medidas que poderiam ser adotadas na avaliação dos economistas

MAIS PROVÁVEIS

- Redução dos prazos do crediário, limitando o parcelamento, a 12 ou 18 vezes (reduz o consumo de parte da população, especialmente de baixa renda)
- Aumento do IOF incidente sobre as operações de crédito (encarece o custo dos financiamentos)

MENOS PROVÁVEIS

- Aumento da taxa de juros (impacto negativo sobre a dívida pública e sobre a dívida das empresas)
- Maior recolhimento de compulsórios (ruim para os bancos, embute risco de aumento da inadimplência)

MEDIDA REJEITADA

- Correção da taxa de câmbio (impacto na inflação e ambiente de incerteza)



A. Helder

ofertado em abundância.

Uma simulação feita pelo Citi mostra que em um cenário de crescimento do PIB superior a 5%, o déficit da balança comercial pode ultrapassar os US\$ 12 bilhões no ano de 1997. Para conter essa situação (se ela estiver se confirmado), Kawall avalia que o governo optará por diminuir os prazos de crediário e limitar consórcios e operações de leasing. Mudança na política cambial é descartada.

ao Crédito (SPC) subiram 56% no mesmo período de comparação e o faturamento real do comércio aumentou 5,6%.

Junto com esses dados "altos" de atividade interna, o déficit da balança comercial do primeiro bimestre pode ultrapassar US\$ 2 bilhões, quando a expectativa seria de US\$ 1 bilhão negativos nestes primeiros dois meses. "Não é um quadro explosivo, mas pode levar a adoção de medidas", diz Guzzo, explicando que o governo ainda deve esperar um pouco mais para tomar essa decisão.

Para o economista do Pontual, o limite também é o final do primeiro semestre. "Porque 1998 é ano eleitoral", adverte. Restringir o prazo do crediário é a medida mais provável na sua avaliação. "Mas é impopular", acrescenta, lembrando que é justamente a população de baixa renda que mais se beneficia dos prazos de 24 ou até 36 meses de pagamento, apesar do custo elevado dos juros.